

Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964*

Juiz de Fora and the civil-military coup of 1964

Juiz de Fora y el golpe cívico-militar de 1964

Jorge Ferreira**

<https://orcid.org/0000-0002-3330-8947>

RESUMO: O artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 a partir da abordagem metodológica de redução de escala, alternando da análise nacional para a local, em especial, para a cidade Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. Recorrendo a diversos jornais, livros de memórias e ao relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, o artigo trata do cotidiano repressivo na cidade durante os primeiros dias do golpe de Estado, da perseguição aos líderes sindicais – em particular a Clodsmidt Riani –, da maneira como a imprensa local apoiou o movimento golpista e, por fim, da festiva recepção ao general Olímpio Mourão Filho e a suas tropas militares quando retornaram da Guanabara para Juiz de Fora.

Palavras-chave: Golpe civil-militar de 1964. Golpe de 1964 em Juiz de Fora. Juiz de Fora e a ditadura militar.

ABSTRACT: The article aims to contribute to the reflection on the civil-military coup of 1964 from the methodological approach of scale reduction, alternating from national to local analysis, especially for the city of Juiz de Fora, in the state of Minas Gerais. Using several newspapers, memoirs and the final report of the Juiz de Fora Municipal Truth Commission, the article deals with the repressive daily life in the city during the first days of the coup d'état, the persecution of union leaders - in particular Clodsmidt Riani –, the way in which the local press supported the coup

* A pesquisa recebeu financiamento do CNPq.

** Professor aposentado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), credenciado nos Programa de Pós-Graduação em História da UFF e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de *João Goulart – uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011) e *Elisa Branco – uma vida em vermelho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023). Também publicou, em co-autoria com Angela de Castro Gomes, *1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014). E-mail: jorgeferreirauff@gmail.com

movement and, finally, the festive reception of General Olímpio Mourão Filho and his military troops when they returned from Guanabara to Juiz de Fora.

Keywords: Civil-military coup of 1964. Coup of 1964 in Juiz de Fora. Juiz de Fora and the military dictatorship

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo contribuir a la reflexión sobre el golpe cívico-militar de 1964 desde el enfoque metodológico de reducción de escala, alternando el análisis nacional para el local, especialmente para la ciudad de Juiz de Fora, en el estado de Minas Gerais. Utilizando varios periódicos, memorias y el informe final de la Comisión Municipal de la Verdad de Juiz de Fora, el artículo aborda la cotidianidad represiva de la ciudad durante los primeros días del golpe de Estado, la persecución de los dirigentes sindicales - en particular Clodsmidt Riani -, la forma en que la prensa local apoyó el movimiento golpista y, finalmente, la recepción festiva del general Olímpio Mourão Filho y sus tropas militares cuando regresaron de Guanabara a Juiz de Fora.

Palabras clave: Golpe cívico-militar de 1964. Golpe de 1964 en Juiz de Fora. Juiz de Fora y la dictadura militar.

Como citar este artigo:

Ferreira, Jorge. “Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 126-152.

O golpe de Estado que, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, derrubou da presidência da República João Goulart é um dos acontecimentos mais marcantes na história política brasileira contemporânea. A cada dez anos inúmeros eventos são organizados em universidades e instituições de pesquisa para debater o golpe de 1964 e a ditadura que o seguiu. Algo similar não ocorre com outras rupturas institucionais vivenciadas na história republicana, a exemplo da Revolução de 1930 ou do golpe de 1937, que impôs a ditadura do Estado Novo.

Atualmente, o estudioso dispõe de vasta bibliografia sobre o golpe, a começar pelas obras que aludiam à “crise do populismo” para explicar 1964, caso das de Octávio Ianni (1968) e Francisco Weffort (1978). A alternativa interpretativa veio com o livro do cientista político Moniz Bandeira (1977). Embora considere a atuação de empresários, latifundiários, classes médias, imprensa e militares de oposição a Goulart, Bandeira enfatiza a ação desestabilizadora do governo dos Estados Unidos para explicar o golpe. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1986), por sua vez, defendeu a tese de que o golpe resultou de um sistema político polarizado que provocou “paralisia decisória” governamental.

Posteriormente, diversos historiadores contribuíram para a compreensão do golpe. Como não há espaço suficiente para discutir a vasta bibliografia sobre o tema, limito-me a três interpretações que se tornaram as principais matrizes interpretativas atuais. A primeira continua sendo a de Moniz Bandeira, que ressalta a intervenção dos Estados Unidos na América Latina no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana. A segunda é a de René Dreifuss (1987), que examina duas organizações políticas – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – entendendo-as como o “Estado Maior da burguesia multinacional-associada”. Dreifuss define o golpe de 1964 como um “golpe de classe”. A terceira interpretação é de Argelina Figueiredo (1993), cuja tese central é a de que, entre 1961 e 1964, escolhas e ações dos atores políticos da época impediram a implementação das reformas dentro do regime democrático. A radicalização entre direitas e esquerdas provocou o consenso negativo para a solução dos conflitos, resultando na desestabilização do governo e no próprio golpe desferido pelas direitas.

O artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 a partir da abordagem metodológica de redução de escala (Revel 1998), alternando da análise global para a local. Dos grandes centros urbanos onde o movimento golpista repercutiu com amplitude nacional – como a Guanabara, Brasília e Porto Alegre –, a escala da análise é direcionada para a história local, para a cidade Juiz de Fora. A alternância na escala de observação permite articular o contexto do golpe de 1964 a enredos mais específicos. Cabe ressaltar, no entanto, que, para Revel, não há hiato ou oposição entre história local ou global: “a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular da história global” (Revel 1998, 28). Ainda segundo Revel, “uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” (Revel 1998, 20). Estamos, portanto, diante da prática historiográfica conhecida como micro-história. Revel a define, ao mesmo tempo, como uma metodologia de pesquisa e uma técnica narrativa. É a partir desses procedimentos – o método e a narrativa – alternando a escala de observação, que pretendo contribuir para a compreensão do golpe civil-militar de 1964.

As fontes documentais utilizadas para a pesquisa revelam atitudes, comportamentos e expectativas não apenas das autoridades civis e militares que desfecharam o golpe, mas dos diversos atores sociais que vivenciaram aqueles dias na cidade, tanto dos apoiadores do golpe quanto dos partidários do projeto político derrotado, dando-se conta também das perseguições que esse grupo sofreu. Assim, recorro à imprensa, aos livros de memórias e ao relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

A antevéspera do golpe

O general de divisão Olympio Mourão Filho conspirou contra João Goulart desde a sua posse na presidência da República, em 7 de setembro de 1961. Em setembro de 1963, o general assumiu o comando da 4ª Região Militar (RM) e da 4ª Divisão de Infantaria (DI) na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nos anos 1930, Mourão fora integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo conhecido por ser o autor do conhecido Plano Cohen, utilizado como pretexto para o golpe de Estado de novembro de 1937.

Em seu livro de memórias, o general Mourão comenta as várias reuniões, em Belo Horizonte, com o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, o comandante da 4ª Infantaria Divisionária (ID-4) daquela capital, general Carlos Luiz Guedes, e o Secretário de Segurança Pública do estado, coronel José Geraldo. O objetivo dos encontros era conspirar contra o presidente Goulart e pensar na maneira mais eficaz de retirá-lo do governo (Mourão Filho 1978, 265-266). Os conspiradores formavam o que, muitos anos mais tarde, militares definiram como “ilhas de conspirações”, querendo com isso dizer que não houve um “amplo e bem elaborado plano conspiratório” contra o governo Goulart (D’Araujo e Soares e Castro 1994, 16). Minas Gerais formava uma dessas “ilhas”, sendo sua liderança política exercida pelo governador Magalhães Pinto – não casualmente candidato nas eleições presidenciais de 1965.

Na noite do dia 30 de março, Mourão ouviu o discurso de Goulart no Automóvel Clube. O general já havia preparado as tropas da 4ª RM e da 4ª DI. Às 2h da manhã do dia 31, recebeu a visita de secretários de estado de Magalhães Pinto com o manifesto do governador contra João Goulart. Era o aval de Magalhães Pinto para que ele agisse. Caberia a Mourão decidir quando marchar para a Guanabara. As tropas do general começaram a se deslocar de Juiz de Fora para a Guanabara às 4h ou às 5h da manhã do dia 31 de março (Mourão 1978, 308; 310).

Antes de partir com a tropa, Mourão lançou um manifesto à nação. No texto, exigia que Goulart renunciasse à presidência da República. Era marcante no manifesto o anticomunismo, sentimento que Mourão alimentava desde o início de sua carreira militar. O texto atacava o movimento sindical, os comunistas e o governo Goulart, denunciado por seus supostos planos de impor um regime “totalitário” no Brasil. Algo era central nas acusações, tanto de Mourão como de outros militares golpistas: a quebra da hierarquia e da disciplina instigada pelo próprio presidente da República².

² “Gen. Mourão exige saída de Goulart”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 2. Em fins de março de 1964, o ministro da Marinha proibiu que marinheiros e fuzileiros comemorassem o segundo ano de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). No dia 25 eles se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, iniciando um motim contra o ministro. Parte dos fuzileiros enviada para prendê-los – vivos ou mortos – aderiu ao movimento. O ministro da Marinha renunciou ao cargo. As negociações envolveram o presidente da

Depois, de improviso, o general falou para militares, empresários, jornalistas, políticos e autoridades civis os motivos de sua atitude; denunciou a quebra da hierarquia militar, referindo-se à anistia concedida por Goulart aos marinheiros amotinados, e as “evidências de que o presidente da República está arrastando o Brasil para o comunismo”. Com a permissão do general Mourão, um comitê de imprensa foi instalado no quartel-general³.

Na Guanabara havia outra “ilha de conspiração”, composta pelos generais Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, entre outros. Para o general Castelo Branco, a deposição de Goulart estava marcada para o dia 21 de abril. Todos ficaram surpresos ao saber que tropas vinham de Juiz de Fora para a Guanabara. Castelo Branco não confiava em Mourão por considerá-lo um desequilibrado. No prédio do Ministério da Guerra, ele conversou por telefone com o general Carlos Luiz Guedes e com Magalhães Pinto. Argumentou que não havia nenhuma articulação militar na Guanabara e que, em razão disso, certamente, as tropas de Mourão seriam massacradas. O melhor a fazer seria a tropa retornar para Juiz de Fora. “Se não voltarem agora”, argumentou com Magalhães Pinto, “voltarão derrotados” (Gaspari 2002, 70). Como seus apelos não foram ouvidos, Castelo Branco enviou o general Antonio Carlos Muricy para assumir o comando do destacamento militar, ainda na estrada.

Clodesmidt Riani, naquele momento, estava na Guanabara. Ele atuava no movimento sindical e na política partidária desde os anos 1950. Quando o general Mourão saiu de Juiz de Fora, Riani era deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por Minas Gerais, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central sindical que ajudou a fundar com apoio de sindicalistas trabalhistas e comunistas. Além disso, era membro do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho (Paula e Campos 2005).

Riani foi personagem de destaque durante o governo Goulart, participando ativamente do movimento pelas reformas de base e sendo um dos organizadores do Comício de 13 de março, na Central do Brasil. Ele representava tudo o que era mais repudiado pela ampla e heterogênea coligação direitista golpista que derrubou o presidente da República.

República, o novo ministro da Marinha, ministros próximos a Goulart e o Comando Geral dos Trabalhadores. Ao final, os amotinados se entregaram ao Exército no dia 27. Logo depois veio a anistia. As informações ainda são desconhecidas e não se sabe se a anistia partiu de Goulart ou do novo ministro da Marinha. Seja como for, a anistia atingiu algo caro para a oficialidade das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. Os próprios oficiais janguistas ficaram sem argumentos diante dos colegas de farda golpistas.

³ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 135.



Fig.1: Na sede do CNTI, o presidente do CGT, o trabalhista Clodsmidt Riani (segurando o microfone) coordena a assembleia da central sindical, em 27 de dezembro de 1963. À sua direita está o vice-presidente do CGT, o comunista Dante Pellacani. Paulo Mello Bastos, presidente da Confederação Nacional dos Transportes Aéreos, Ferroviários e Terrestres e membro do secretariado do CGT, está com os braços cruzados,
(Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã)

Juiz de Fora nos primeiros dias do golpe de Estado

No dia 2 de abril de 1964, o jornal *Gazeta Comercial*, de Juiz de Fora, chegava às bancas com a manchete: “Vitorioso o movimento chefiado pelo governador Magalhães Pinto”. Logo no início da matéria, o evento é chamado de “movimento revolucionário”. Já no dia 1º de abril o golpe de Estado começou a ser definido como uma “revolução”⁴.

Organizações conservadoras uniram-se pela vitória do “movimento revolucionário”. A cúpula militar golpista juizforense acreditava no apoio do prefeito da cidade, Achemar Rezende de Andrade, do Partido Democrata Cristão (PDC). Tanto que ele foi convidado para ouvir a leitura que Mourão faria de seu manifesto. Mesmo assim, os militares criaram a figura do “prefeito militar” de Juiz de Fora, nomeando provisoriamente por dez dias o general Frederico Adolpho Fassheber para o cargo. Assim que se tornou prefeito militar, Fassheber emitiu, no dia 1º de abril, nota à população, publicada na primeira página de *Gazeta Comercial* no dia seguinte. Com o objetivo de

⁴ “Vitorioso o movimento chefiado pelo governador Magalhães Pinto”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

proporcionar ao “movimento vitorioso” o alcance de seus objetivos, o “restabelecimento da ordem e da tranquilidade públicas”, ele determinava o seguinte:

“1 – Fica proibido o uso de fogos explosivos de qualquer espécie; 2 – Fica proibido a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas; 3 – Na oportunidade, solicita-se, igualmente, à população ordeira e laboriosa de Juiz de Fora que evite a permanência em grupos, em quaisquer ruas da cidade, após às 23 (vinte e três) horas”. A quarta e última determinação era a de que as autoridades confiavam no “espírito compreensivo e democrático de nosso povo”⁵.

Magalhães Pinto tomou decisões que afetaram a cidade. Uma delas foi a ocupação das redações de jornais e das emissoras de rádio e televisão por forças militares. O propósito era evitar qualquer comunicado de opositores do golpe à população. Outra medida do governador foi o feriado bancário. Todos os bancos e os estabelecimentos de crédito, incluindo-se o Banco do Brasil, fecharam suas portas. A rodoviária de Belo Horizonte foi tomada pela Polícia Militar, impedindo-se qualquer viagem intermunicipal⁶.

O *Diário Mercantil* noticiou outra medida do general Olímpio Mourão Filho. Antes de partir para a Guanabara, Mourão proclamou estado de guerra em sua jurisdição. A partir daí, o juiz auditor da 4ª RM e da 11ª RM, e o promotor militar entraram em entendimento sobre o funcionamento da Justiça Militar. O plantão na sede da auditoria passaria a ser diário.⁷ O Departamento de Correios e Telégrafos e a Central Telefônica foram tomados por forças militares. No dia 30 de março, um capitão da Polícia Militar (PM) percorreu os postos de gasolina e determinou que fosse suspensa a venda de metade dos estoques, cerca de 850 mil litros, para o caso de “eventuais manobras”⁸.

Nos dias depois do golpe de Estado, os cidadãos de Juiz de Fora ficaram sob lei seca, toque de recolher, censura dos meios de comunicação, sem acesso aos bancos, e impossibilitados de telefonar, comprar combustíveis e viajar para outras cidades. Juiz de Fora ficou isolada do resto do país.

Também no dia 1º de abril, a Associação Comercial, a União Comercial dos Varejistas, o Centro Industrial e a Associação Rural de Juiz de Fora emitiram nota conjunta, publicada na *Gazeta Comercial*, no dia seguinte. A nota fazia um “apelo ao comércio de gêneros, principalmente, e aos demais ramos que mantenham seus estabelecimentos funcionando ao máximo ao povo de nossa cidade a aquisição de gêneros alimentícios”⁹.

⁵ “Aviso da Prefeitura Militar. Nota expedida pelo Prefeito Militar de Juiz de Fora, Gen. Frederico Adolpho Fassheber”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1

⁶ “Minas em Pé-De-Guerra: deslocamento de tropas”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 2.

⁷ “A Justiça Militar processará os ‘pelegos comunistas’”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 6.

⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 135.

⁹ “Ao Comércio e ao Povo de Juiz de Fora”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

Na mesma página daquele jornal, D. Geraldo Maria de Moraes Penido, arcebispo metropolitano, também emitiu nota para os fiéis da Arquidiocese de Juiz de Fora. Para ele, o momento em que viviam era de vibração cívica. “Despertou-se a consciência dos bons brasileiros numa legítima eclosão dos sentimentos sagrados. É a defesa da Pátria, da liberdade, da família, da ordem, da tranquilidade e do trabalho que incita os brasileiros a esta legítima defesa”. O arcebispo declarou que conversou com o general Mourão antes de sua partida para a Guanabara, oferecendo a ele sua solidariedade. Ao final, D. Geraldo pediu que os fiéis confiassem e rezassem: “ajoelhem-nos aos pés da padroeira do Brasil e alcancemos Dela a salvação da Pátria! Sob seu manto, o Brasil saberá livrar-se das garras do Comunismo”¹⁰.

A imprensa, por sua vez, insistia na “normalidade” na vida política do país. Outro jornal da cidade, *Diário da Tarde*, com a manchete “O ambiente em JF é de paz e trabalho”, afirmava que a cidade voltava à “vida normal”, já no dia 2 de abril. Segundo matéria publicada, “o povo voltou às suas ocupações e locais de trabalho, certo de que o flagelo passou”. No entanto, a notícia admitia que havia certa apreensão com o que ocorria no Rio Grande do Sul, referindo-se aos pronunciamentos pelas rádios¹¹. Certamente tratava-se dos chamamentos de Leonel Brizola à resistência ao golpe. De Porto Alegre, o líder trabalhista tentava reviver a Campanha da Legalidade.

A imprensa de Juiz de Fora se alinhou ao golpe de Estado. Três jornais eram os de maior tiragem. O mais importante era *Diário Mercantil*; e o de linha editorial mais popular era o *Diário da Tarde*. Os dois jornais pertenciam ao grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O grupo também possuía a Rádio Sociedade. Com linha editorial conservadora, a emissora apoiou o golpe de Estado com entusiasmo. O terceiro jornal era a *Gazeta Comercial*, produzida pela Associação Comercial de Juiz de Fora¹². Outros três periódicos também apoiaram o golpe: os jornais *Folha Mineira*, *A Tarde* e a revista *O Lince*. Ao lado do governo Goulart, havia o pequeno jornal *O Binômio*, logo fechado com a vitória do golpe. As duas rádios que apoiavam o governo Goulart, *Difusora* e *Industrial*, foram censuradas.

Apesar do tom triunfante dos jornais, os grupos sociais dominantes não subestimavam a percepção dos operários de que o golpe de Estado era contra eles. Embora os trabalhadores não tivessem voz nos jornais da grande imprensa, a iniciativa da diretoria do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora não foi casual. Em nota publicada na primeira página de *Diário Mercantil* e voltada para os trabalhadores daquelas indústrias, a diretoria do sindicato de empresários

¹⁰ “O momento impõe calma e oração”. Mensagem do arcebispo diocesano”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

¹¹ “O ambiente em JF é de paz e trabalho”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 3 de abril de 1964, p. 2.

¹² O *Diário Mercantil* foi fundado em 1912 e fechado em 1982; o *Diário da Tarde* surgiu em 1942 e foi extinto em 1983; e o *Gazeta Comercial* começou a circular em 1924, sendo fechado em 1976. Ver: Lisieux 2013, p. 3.

esclarecia que os direitos, “conquistados e consolidados conforme a legislação trabalhista e social vigente”, não seriam cancelados ou alterados, conforme boatos de “indivíduos sem escrúpulos”. Entre os direitos trabalhistas, a nota citava o salário mínimo, as férias, a indenização por tempo de casa, o repouso semanal remunerado, o décimo-terceiro salário, a estabilidade, o auxílio-família e demais direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – todos seriam “respeitados, pois são intocáveis em respeito às leis já votadas e sancionadas pelos Poderes da República”¹³. O teor da nota dos empresários era, portanto, defensivo.

As elites políticas da cidade logo se mobilizaram em apoio ao general Mourão e ao governador de Minas Gerais pela derrubada de João Goulart da presidência da República. No dia 3 abril, no Rotary Club de Juiz de Fora, o presidente do clube, dono de indústria local, exaltou a atuação do general e do governador no “movimento em favor da defesa da democracia contra a ação perniciosa dos comunistas e dos pelegos”. A seguir, convidou um médico para falar sobre os males da hepatite.¹⁴ A Associação Comercial de Juiz de Fora enviou telegramas a comandantes militares e ao governador do estado de Minas Gerais, exaltando a intervenção das Forças Armadas no “movimento democrático”¹⁵.

Também no dia 3 de abril, manchete publicada no jornal *Diário da Tarde* convocava a população para a passeata na cidade. O título do evento era: “Democracia, amor e combate ao comunismo”. O texto dizia:

Amanhã, domingo, às 17 horas, saindo do Largo do Riachuelo, será realizada a grande passeata da fraternidade, quando Juiz de Fora, representada por todas as classes, evidenciará, mais uma vez, seu sentimento cívico, democrático e cristão. Após a passeata, vários oradores usarão da palavra, tendo como temas: democracia, combate ao comunismo, desarmamento de espíritos, amor e caridade. A concentração não terá nenhum cunho político-partidário, conforme determinação do Sr. Arcebispo Metropolitano. Toda a população está convidada para a grande promoção¹⁶.

O golpe de Estado encontrou apoio de diversos setores sociais. Cidadãos opositores ao governo Goulart receberam da Polícia Civil autorização para portarem armas. Possivelmente era uma medida preventiva para caso ocorresse uma guerra civil. A nota assinada pelo delegado-geral de polícia de Juiz de Fora, no dia 8 de abril, é reveladora. O texto foi publicado no jornal *Diário da Tarde* com o seguinte título: “Aviso aos civis que colaboraram com a polícia”. O texto revelava o conluio de cidadãos com a Secretaria de Segurança, em apoio ao golpe de Estado. Dizia a nota:

“Consoante ordem do exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, faço chegar ao conhecimento de todos os cidadãos que receberam credenciais desta Delegacia Geral para exercerem funções policiais

¹³ “Aos trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

¹⁴ “Rotary Club exalta atuação de Mourão Filho e Magalhães Pinto”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 6.

¹⁵ “Classes Produtoras de JF exaltam ação de militares e de outras autoridades”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 5.

¹⁶ “Democracia, amor e combate ao comunismo”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora 4 de abril de 1964, p. 1.

e consequente autorização para porte de armas, que, desta data em diante, não prevalecerão os aludidos documentos que deverão ser devolvidos a esta Delegacia dentro do menor prazo possível. Prevaleço-me da oportunidade para externar de público, os agradecimentos da Polícia Civil local a todos aqueles que lhe emprestaram sua valiosa colaboração durante os dias agitados e intranquilos por que passou o país¹⁷.

Juiz de Fora e a Operação Limpeza

O golpe de Estado foi contra o PTB, as esquerdas – particularmente o PCB –, e contra o movimento sindical afinado com os dois partidos. No caso de Juiz de Fora, o planejamento para o golpe incluiu a prisão de sindicalistas e funcionários públicos ainda antes de Mourão chegar à Guanabara. Foi o caso, por exemplo, de Misael Cardoso Teixeira, diretor regional dos correios da cidade. Possivelmente, no dia 30 ou 31 de março, ele foi detido por militares e levado para as dependências da 4ª RM. Misael foi preso diante da mulher, Maria, e dos filhos, tendo sido impedido de se despedir deles. Enquanto foi levado por militares, a família ficou refém no prédio dos correios, sem luz e água. Após muita procura, Maria localizou o marido, dias depois, na Base Aérea de Lagoa Santa. Também o presidente do Sindicato dos Bancários e da Cooperativa de Consumo dos Bancários, José Villani Côrtes, foi preso. Documento colhido pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMVJF) comprova sua prisão ainda na manhã do dia 30 de março, antes, portanto, da saída de Mourão da cidade. José Villani Côrtes foi levado para a Delegacia da Polícia Civil, na Rua Batista de Oliveira, e depois para o quartel da 4ª RM. O sindicalista passou a noite sozinho sobre um cobertor estendido no chão. Possivelmente José Villani tenha sido o primeiro preso político do golpe de Estado¹⁸.

A prisão do diretor dos correios fazia parte da Operação Silêncio, cujo objetivo era impedir qualquer comunicação de oposição ao regime. A estação telefônica da cidade foi tomada por um grupo de soldados por ordens de Mourão (Silva 1975, 366). Desse modo, com o Departamento de Correios e Telégrafos e a Central Telefônica silenciados e com o apoio dos jornais e das emissoras de rádio e televisão, o “silêncio” para a execução do golpe estava garantido. A prática, aliás, foi comum nos golpes militares dos países latino-americanos. Os meios de comunicação também sofreram censura, a começar pela *Rádio Sociedade*. Os jornais *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde* foram censurados pelos militares, mas também praticaram autocensura¹⁹.

Junto com a Operação Silêncio entrou também em ação a Operação Gaiola, visando impedir reações do movimento sindical e de partidos políticos ao golpe. A prisão do presidente do

¹⁷ “Aviso aos civis que colaboraram com a polícia”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 9 de abril de 1964, p. 5.

¹⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 46-47

¹⁹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 157.

Sindicato dos Bancários fez parte dessa operação, que continuou após a vitória do golpe. Ainda no dia 2 de abril, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, com sede em um prédio na Rua Harlfeid, chamado pelo jornal *Diário da Tarde* de “Núcleo Perigoso”, foi invadido pela Polícia do Exército. Os agentes prenderam Armond de Matos, acusado de comunista e de portar “grande quantidade de material subversivo”²⁰. A Operação Silêncio e a Operação Gaiola garantiram a terceira, a Operação Popeye. Assim nomeada por Mourão Filho, a Operação Popeye fora organizada para depor Goulart com as tropas que avançaram para a Guanabara. O nome da operação era devido ao cachimbo usado por Mourão, associado com o do conhecido personagem do desenho animado²¹.

As Auditorias da Justiça Militar da 4ª e da 11ª RM, como vimos anteriormente, tornaram-se responsáveis pelos processos instaurados nos estados de Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal, razão pela qual personagens como Leonel Brizola, Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, entre outros, foram ali julgados. Tratava-se da primeira instância da Justiça Militar. Os acusados tinham que comparecer a sua sede, na Praça Antônio Carlos, também conhecida como “Praça do Canhão”, em Juiz de Fora. Se condenados, cumpriam pena na penitenciária de Linhares²².

O *Diário da Tarde* informou que a Auditoria da Justiça Militar processaria os “pelegos comunistas”. Só pela expressão usada, o jornal já os condenava. Em depoimento ao jornal, o general Carlos Luiz Guedes afirmou que o “comunista” Sinval Bambirra, já preso, seria processado junto com os sindicalistas Clodesmidt Riani, Misael Teixeira, Armond Matos, entre outros que também estavam detidos²³.

As perseguições a sindicalistas, militantes de esquerda e políticos trabalhistas em Juiz de Fora, a exemplo de Riani, Misael e Armont, faziam parte de outra operação, a Operação Limpeza. Em notícia do *Diário da Tarde*, a expressão foi utilizada para descrever a ação de militares e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Mas não apenas deles. Matéria do mesmo jornal afirmava que dezenas de “estudantes democratas” estiveram na sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora examinando “farta documentação de propaganda subversiva”²⁴.

²⁰ “Núcleo Perigoso”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 3 de abril de 1964, p. 1.

²¹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 48.

²² Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 52.

²³ “A Justiça Militar processará os ‘pelegos comunistas’”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 5.

²⁴ “Estudantes democratas, inocentes úteis, nas mãos dos vermelhos”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 1.

Os militares foram chamados para depor Goulart com apoio de ampla coalizão formada por organizações da sociedade e de políticos conservadores, tendo o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade, convocado as Forças Armadas para a intervenção política ainda no dia 30 de abril. Os militares depuseram o presidente, mas decidiram ficar e governar o país, com o apoio daquela mesma coalizão. Visavam, nas palavras dos chefes militares, à “obra de reconstrução nacional”.

Para isso, puniram e alijaram da vida pública parlamentares, funcionários públicos, militares, sindicalistas, militantes políticos, entre outros. Esse era o teor da Operação Limpeza. Em outras palavras, o governo militar perseguiu aqueles que apoiaram o governo deposto. As perseguições tiveram o apoio do *Diário Mercantil*, no editorial “Legítima defesa”, ali definidas como “verdadeiro processo de defecção, que precisa ser realizado, em todos os setores da vida nacional”, para evitar a ameaça comunista desagregadora “da família e inimigo de Deus”. Nesse sentido, a posição do jornal não deixava dúvidas: as Forças Armadas, definidas como “forças libertadoras” da Nação, não permitiriam que “políticos oportunistas, com objetivos partidários inconfessáveis”, escapassem da ação da justiça. Eles precisavam pagar pelo “crime tenebroso” de tentar instalar o caos social e econômico na sociedade brasileira para servir à causa do “imperialismo marxista”. Goulart e os “maus cidadãos” que o acompanharam para arruinar o país deveriam ter “cassado os seus mandatos e todos os direitos políticos, para que não mais [pleiteassem] cargos eletivos”. Todos teriam que ser punidos “sob pena de falhar a Revolução nos seus propósitos e nos seus fins”. O golpe de Estado recebeu o nome de revolução e o governo militar logo revelou seus propósitos repressivos. O principal deles foi punir e banir da vida pública brasileira os “maus cidadãos”, ou seja, trabalhistas, comunistas, sindicalistas – todos de esquerda – militares funcionários públicos e demais membros da sociedade civil que apoiassem o governo Goulart²⁵.

O primeiro grupo de prisioneiros políticos de Juiz de Fora foi levado para a Delegacia de Política Civil e depois para a 4ª RM, no bairro de Mariano Procópio. Após prestarem depoimentos, os presos seguiram para Belo Horizonte. José Villani Côrtes, por exemplo, viajou na caçamba de um caminhão militar ao lado de recipientes de combustíveis. Durante a viagem até Belo Horizonte, todos ouviam ameaças dos militares. Ao entrarem na sede do Dops, eles tiveram que enfrentar o “corredor polonês”, recebendo chutes e socos. Após novos interrogatórios, foram levados para a Base Aérea de Lagoa Santa. Alguns retornaram para Juiz de Fora e ficaram detidos no 10º Regimento de Infantaria e no 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar²⁶.

²⁵ “Legítima Defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 2.

²⁶ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 50-51.

Nos primeiros dias do golpe em Juiz de Fora qualquer indiciado por “subversão” era detido e levado para a Delegacia de Polícia Civil. O professor Itamar Bonfatti foi um deles. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora ele lembrou que a antiga sede da delegacia tornou-se o Conservatório Estadual de Música Haidée França Americano. Mesmo muito tempo depois, para ele, era difícil passar por aquela rua. Preso logo após o golpe, Itamar Bonfatti admitiu que:

Fisicamente eu não fui torturado. Eu fui muito humilhado né... Foi muito difícil para mim [...]. A Cadeia no atual... Conservatório. Então foi muito difícil passar pela Getúlio Vargas e na Batista de Oliveira de mão algemada. Então, o que é que eu fiz? Eu entrei assim [mostra mãos como se estivessem algemadas]. Pra todo mundo ver. E pessoas que me conheciam ficavam assim, espantadas. Eu fiz assim. E lá na cadeia nós fomos fichados como criminosos, com identidade, com fotografia e tudo, porque era um esquema de humilhação. A algema e a fixação de... das pessoas como criminosos – nós éramos criminosos – fazia parte do esquema de humilhação e fazia parte do esquema de humilhação a nudez. A nudez fazia muito parte da humilhação²⁷.

Outro depoimento é de Antônio Holandino de Araújo, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Preso logo após o golpe foi levado para a o presídio em Juiz de Fora. Em carta à mulher, datada de 3 de maio de 1966, ele contou como eram tratados os presos políticos naquela cidade:

Nós tivemos notícia de que íamos ser mandados embora nesta semana, mas as coisas aqui se arrastam, quando é a nosso favor, porém quando é contra, é rápido. Ontem, não tivemos banho de sol; isto para nós é uma grande coisa, mas estamos à mercê de alguém que é nosso inimigo. Mesmo o que temos direito, não nos proporcionam com regularidade. Ficamos dependendo da boa vontade do oficial do dia para nos dar uma mísera meia hora de sol. Mas nos vingamos mostrando alegria, pois o prazer deles é nos ver tristes²⁸.

Levantamento realizado pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora revela que, somente no mês de abril, 31 pessoas foram detidas na cidade. No total, ao longo da ditadura, 151 pessoas sofreram violações em seus direitos, sendo que em 63 “há alguma menção à tortura ou a maus tratos”, sendo que 20 delas apontam menções vagas; em 43 “há relatos mais detalhados e melhor documentados”²⁹. De acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, nos primeiros dias do golpe, ocorreram maus-tratos, espancamentos e humilhações. As torturas, como as conhecemos, vieram a seguir, em um crescente contínuo, até se institucionalizarem como política de Estado, com o AI-5. Tortura, assassinatos e desaparecimentos ocorreram em diversos casos em Juiz de Fora, assim como em todo o país.

Militares também sofreram punições. Em particular, os que se recusaram a participar do golpe de Estado, negando-se a acompanhar Mourão em sua marcha até a Guanabara. Foi o caso

²⁷ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 58 e 60.

²⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 100.

²⁹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 85 e 96-97.

do sargento Ubirajara Gomes de Carvalho e de outros colegas de farda. Eles serviam na cidade de São João del Rei e foram convocados a se apresentar em Juiz de Fora para, dali, partirem para a Guanabara. Ubirajara não cumpriu a ordem. Recusava-se a participar do golpe de Estado. Segundo relato da filha, ele ficou detido por dez dias junto com outros sargentos. Depois, Ubirajara foi transferido para Aquidauana, no Mato Grosso. Sua família viajou até lá em um *container* no trem, em condições precárias de higiene e alimentação – a própria viagem foi uma forma de punir o militar³⁰.

A fúria repressora não partia apenas dos militares que tomaram o poder. Vinha de diversos setores da sociedade e da vida política do país. Em Juiz de Fora, além do próprio *Diário Mercantil*, o Diretório Municipal do Partido Libertador publicou nota na primeira página indicando à Câmara Municipal “a imperiosa necessidade de se cassar o mandato de vereadores comprometidos, porventura, com os crimes e atentados contra o regime e as instituições democráticas do país”.³¹ Como ocorreu na Câmara Federal, o partido mais perseguido na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora foi o PTB. Havia coação do comando da 4ª RM sobre os vereadores para cassar mandatos, mas muitos deles apoiavam e elogiavam a intervenção militar. No dia 7 de maio, os vereadores cassaram os mandatos dos quatro parlamentares trabalhistas – Nery Mendonça, Jair Rhein, Peralva de Miranda Delgado e Francisco Pinheiro³².

Riani e suas decisões

Ao final da tarde do dia 31 de março, Clodsmidt Riani e sindicalistas da Guanabara se reuniram na Federação dos Estivadores, deliberando pela greve geral. Mas a desarticulação era imensa e sequer conseguiram se comunicar com sindicalistas de Minas Gerais.

Na tarde de 1º de abril, Riani pregou a resistência pelos microfones das rádios Nacional e Mairink Veiga. Segundo seu depoimento, falar nas rádios contra o golpe era a única arma que dispunha. Na Rádio Nacional, ele falaria após o marechal Henrique Teixeira Lott: “lutei até a última hora” afirma Riani, “com as armas que tive, que puseram ao meu alcance. Quando terminei a minha fala, a rádio foi invadida, mas consegui sair porque não fui reconhecido” (Paula e Campos 2005, 320).

No dia 4 de abril, junto com um motorista da CNTI, partiu para Juiz de Fora. O próprio Riani dirigiu o automóvel. Em certo momento, passou pelas tropas do general Mourão, mas sem

³⁰ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 51-52.

³¹ “Partido Libertador”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

³² Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 199-201.

ser reconhecido. Riani chegou a sua casa, na Rua Josefina Tristão, no bairro de Santa Terezinha, por volta das 4h da manhã do dia 5. Por sorte, não havia policiais naquele momento, mas, até o dia anterior, um plantão de homens da Polícia do Exército, da Polícia Militar e da Polícia Civil, esperava por sua chegada (Paula e Campos 2005, 323).

Uma hora depois, Riani foi com o pai e o filho de 21 anos à missa. Quando o padre foi ao púlpito fazer o sermão, ele retirou-se. Sabia que o religioso iria criticá-lo pessoalmente, chamando-o de comunista. Riani não queria revidar com a igreja cheia. Dali foi com o filho para a 4ª RM. O soldado ficou surpreso com sua aparição. Ele foi levado à presença de um tenente-coronel, com quem travou o diálogo a seguir reproduzido. Decepcionado, Riani testemunhou várias pessoas atuando como informantes dos militares.

– O tenente-coronel foi logo ao assunto: “– Ó Riani, bom que você se apresentou. Porque precisamos da sua colaboração”.

– Ao que Riani respondeu: “– Coronel, não há mais colaboração do que essa. Enquanto os outros estão fugindo, estou aqui me apresentando porque lá em casa me disseram que estão me procurando e eu vim, mas depende da colaboração que o senhor deseja”.

– O tenente-coronel lhe respondeu: “– É coisa à toa. É só você assinar uma cartinha, confirmando que o Jango e o Brizola são comunistas”.

– Riani recusou a proposta: “– Isso não posso fazer. Não é numa hora dessa que vou fazer isso contra eles, porque não são comunistas. Essa carta não posso assinar” (Paula e Campos 2005, 323;324).

Com a recusa, ele foi enviado para os fundos do quartel, onde encontrou vários presos. Os soldados, comandados por um oficial, insultavam a todos. A seguir, ordenaram que os presos pusessem as mãos no muro. Os militares, com seus coturnos, começaram a chutar os presos nos tornozelos. Ao final, todos estavam sangrando. Riani ainda recebeu dois socos nos rins, o que lhe causou profunda dor. A seguir, receberam ordens de subir em um carro militar, sendo levados para Belo Horizonte. No caminho, os soldados receberam um lanche, pão com salame. Um deles pôs a baioneta de lado, partiu o sanduíche ao meio e ofereceu a metade a Riani. Segundo relato do sindicalista: “Peguei e lágrimas saíram de emoção em ver que um soldado teve essa dignidade, essa solidariedade humana de me oferecer o alimento. Chegamos a Belo Horizonte à noite” (Paula e Campos 2005, 324; 325).

Na edição de 7 de abril do *Diário Mercantil*, Riani aparece em duas fotografias. Numa delas, está cercado por homens da Polícia do Exército; na outra, por outros presos políticos, entre eles o ex-vereador Jair Reihn, o ex-diretor do Departamento de Correios e Telégrafos Misael Cardoso e

outros detidos. Segundo descrição do jornal, Rianni, que presidiu “centros de agitação que tanto intranquilizaram a Nação”, ficou preso na instalação militar³³.

A Operação Limpeza implicava não apenas prender e cassar mandatos eletivos, mas também pôr fim às reputações. Um dos mais achacados foi Clodesmidt Riani. A matéria publicada no *Diário da Tarde* estava repleta de acusações caluniosas. Riani era descrito como “um dos maiores agitadores do Brasil, pelego comunista que vinha inquietando a Nação.” A matéria do *Diário da Tarde* também fez menção ao comportamento contraditório de Riani, que, se no primeiro momento, resistiu falando nos microfones das rádios Nacional e Mairink Veiga, depois, ao perceber a vitória do general Mourão, segundo o jornal, o “valentão” Riani “fugiu, como fogem os covardes, deixando completamente desamparados seus comandados, alguns comunistas e desordeiros, mas, outros, verdadeiros inocentes úteis que acreditavam nos Rianis”. Ele foi para Juiz de Fora, mas escondeu-se no caminho em várias localidades. Ao perceber que a fuga seria inútil, apresentou-se em um quartel militar. “Apresentou-se, assim, não por valentia”, continuou o jornal, “não por ser homem com inicial maiúscula, mas por amar a própria pele e por gostar da vida de nababo que vinha levando e que pretende continuar a levar”³⁴.

No dia 7 de abril, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais cassou o mandato de deputado estadual de Riani – antes mesmo da decretação do Ato Institucional (AI), dois dias depois. O AI suspendeu os seus direitos políticos, sendo ele o 11º da lista. Além disso, Riani foi indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM), na Lei de Segurança Nacional. Em 1965, foi condenado pelo Superior Tribunal Militar a dezessete anos de prisão. No ano seguinte, em 1966, com recursos dos advogados, a pena foi reduzida para dez anos. Em 1968, com novo recurso, a sentença foi novamente reduzida para um ano e dois meses. Riani estava preso desde abril de 1964. Foi a época do arbítrio judicial. Sindicalista e trabalhista, Riani não escapou da violência e da prepotência da ditadura militar. Depois, foi novamente condenado, acusado de corrupção pela diretoria da CNTI, afinada com a ditadura. Enfrentou mais um ano e seis meses de detenção, vivendo os horrores do presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Em 1971 Riani retornou a Juiz de Fora. Desde 1964, seus filhos sofreram discriminações devido à prisão, principalmente dificuldade de encontrar emprego. A mulher ficou adoentada. Caminhando nas ruas centrais da cidade, não foram poucas as pessoas que passaram por ela e fingiram não a conhecer.

³³ “Clodsmid Riani, presidente da CNTI, apresentou-se preso às autoridades”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril p. 6.

³⁴ “Depois de duro e ininterrupto cerco foi preso o agitador Clodsmid Riani”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 6 de abril de 1964, p. 6.

A imprensa de Juiz de Fora e as primeiras versões para o golpe

O *Diário Mercantil* não circulava às segundas-feiras. Desse modo, na edição de 5 e 6 de abril, de domingo e segunda-feira, a manchete afirmava: “Movimento democrático exige eleição de *presidente enérgico* para o país”. Não havia definição clara para “presidente enérgico”. O “movimento revolucionário” passou a ser chamado de “movimento democrático”, mas o jornal dizia ser necessário um presidente “enérgico”. Naqueles primeiros dias após a deposição de Goulart da presidência da República, a palavra “democracia” era pronunciada indiscriminadamente por líderes e apoiadores do golpe de Estado. O automeado ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, fez proclamação afirmando: “a História da Pátria registrará, com a devida ênfase, a ação vitoriosa das forças democráticas”³⁵.

João de Medeiros Calmon, deputado federal pelo PSD capixaba, tornou-se homem de confiança de Assis Chateaubriand, assumindo a direção dos Diários Associados no início dos anos 1960. Ele era diretor do prestigiado jornal *Estado de Minas* como também escrevia editoriais nos jornais associados. No *Diário Mercantil*, João Calmon publicou o editorial do dia 7 de abril. Com o texto, a direção do jornal expunha, com absoluta clareza, sua posição política diante dos acontecimentos dos dias 31 de março e 1º de abril. O título do editorial era revelador: “Legítima defesa”. O texto inicia descrevendo o retorno das tropas da 4ª RM para Juiz de Fora. Para o editorialista: “aquelas [eram] forças da Democracia que, na primeira hora, se puseram em marcha contra a prepotência e o arbítrio do ex-presidente João Goulart, para evitar que ele, aliado ao sindicalismo político espúrio, realizasse a comunização do Brasil”³⁶. Essa, portanto, foi uma das primeiras versões apresentadas pelos defensores do golpe militar, a qual foi assumida pela imprensa conservadora: Goulart, aliado a sindicalistas pelegos, implantaria o comunismo no Brasil. A explicação não encontra nenhum fundamento na história daquele governo, mas a imaginação anticomunista a transformou em narrativa aceita por muitos. Contudo, o editorial revelava algo novo que, embora não previsto, seria apoiado pelo grupo Diários Associados:

Parece-nos, aliás, que existe entre os ilustres chefes militares da Revolução, naturalmente apoiados por democratas sinceros e patriotas, o firme desígnio de consolidar, em bases sólidas, a obra de reconstrução nacional, para este fim alijando dos postos eletivos, administrativos e de chefia castrense, todos os que, comunistas declarados, ou com este mancomunados, vinham solapando, através da subversão, as vigas mestras em que se assentam nossas instituições.³⁷

Em poucos dias as versões foram tomando tom ainda mais ameaçador: o editorial de *Diário Mercantil* publicado em 8 de abril demonstra como a imaginação conservadora avançava. Segundo

³⁵ “Movimento democrático exige eleição de *presidente enérgico* para o país”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 5 e 6 de abril de 1964, p. 1.

³⁶ “Legítima defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p. 2.

³⁷ “Legítima defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p. 2.

o jornal, estava em curso no país uma revolução comunista, a ser deflagrada no dia 1º de maio, com liderança de João Goulart e assessoria do CGT, do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). A revolução tinha em Leonel Brizola o “ardor revolucionário” e no ministro da Justiça Abelardo Jurema, um “apelegado”, a “pseudociência”. Havia também o apoio do “cérebro cubanizado” do “professor” San Thiago Dantas, cujo objetivo era aglutinar as esquerdas. Os “moscovitas”, continua o editorial, tinham em Jânio Quadros o defensor da “origem popular” de todos os meios de comunicação, enquanto Juscelino Kubitschek adotaria “política de salvação dos amigos do peito para colocá-los na gerência dos sovietes que seriam espalhados pelo Brasil”. Miguel Arraes, por sua vez, seria aquele que lançaria o manifesto comunista, dando início à sublevação vermelha. Portanto, segundo o editorial, todos os personagens estariam unidos com um único objetivo: implantar o comunismo no Brasil. Algo que contrariava completamente a história política recente do país, uma vez que, entre os personagens citados, havia diferenças políticas, divergências partidárias, desconfianças mútuas e, até mesmo, rivalidades pessoais. Aliás, nada disso era segredo. Seja como for, alegava o editorial, Minas Gerais se levantava e, sob o comando de seus “valorosos filhos”, Mourão e Magalhães, ia ao encontro dos anseios do povo. No momento, a tarefa era a de “reconstrução nacional”³⁸.

De volta a Juiz de Fora

Quando o general Mourão Filho chegou à Guanabara, nas primeiras horas do dia 2 de abril, Goulart não era mais presidente: havia sido destituído do cargo pelo presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade. O general Costa e Silva se autoproclamou ministro da Guerra. Restou a Mourão apresentar-se ao seu superior hierárquico, o ministro da Guerra. Os soldados de suas tropas se concentraram no estádio do Maracanã.

Somente na manhã do dia 2 de abril o general Mourão e Magalhães Pinto se encontraram no gabinete de Costa e Silva (Mourão 1978, 312)³⁹. No dia 5 de abril, os portões do Maracanã foram abertos ao povo. No antigo Maracanãzinho, a Rádio Nacional instalou equipamentos para transmitir o programa *César de Alencar*, cujo apresentador – que tinha o mesmo nome do show – havia logo aderido ao golpe. Magalhães Pinto discursou ao povo, afirmando que a vitória não fora “somente dos soldados mineiros, mas de todo o Brasil”. O general Mourão também falou ao povo,

³⁸ “Ameaça ao futuro da nação”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 abril p. 2.

³⁹ Em seu livro de memórias, Mourão critica duramente Magalhães Pinto e Carlos Luiz Guedes, insultando-os de “irresponsáveis”, “idiotas” e “traidores” (Mourão 1978, p. 368). Pelo general Costa e Silva ele manifesta absoluto desprezo, mas essa é uma versão *a posteriori*. No dia 2 de abril de 1964, quatorze anos antes, portanto, em entrevista a *O Globo*, Mourão apresentou imagem bastante positiva do ministro da Guerra. Costa e Silva é descrito como “chefe e amigo”, com Mourão ressaltando sua bravura. “O Gen. Mourão conta a história da revolta”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, p. 12. Muito possivelmente o sentimento negativo veio mais tarde, quando, segundo versão de Mourão, o ministro da Guerra tentou impedir sua promoção à general de Exército.

afirmando ter sido necessário “pôr um paradeiro à desordem”⁴⁰. Ainda naquele dia as tropas prepararam-se para o retorno a Juiz de Fora.

Segundo descrição do *Diário Mercantil*, no dia 6 de abril, a multidão em Juiz de Fora esperava a chegada do general Mourão e de suas tropas: o 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora, o 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei, o 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, o 4º Regimento de Obuses de Pouso Alegre, o 4º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado de Juiz de Fora, o 2º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e a Companhia Leve de Manutenção. O general Antônio Carlos Murici acompanhava Mourão. As tropas avançaram pela BR-3, atual BR-040. Às margens da rodovia, pessoas aplaudiam os soldados e jogavam-lhes flores⁴¹.

Em território mineiro, após passar pelo pequeno município de Levy Gasparian, as tropas alcançaram a cidade seguinte, Simão Pereira, distante 34 quilômetros de Juiz de Fora. Na localidade, a população praticamente obrigou as tropas a estacionarem. O prefeito fez entusiasmado discurso. O general Mourão recebeu de um grupo de mulheres uma corbelha de flores.⁴² Crianças do grupo escolar da cidade cantaram hinos patrióticos e jogaram flores sobre as viaturas militares. Mourão recebeu a chave simbólica do estado de Minas Gerais⁴³.

Às 14h30, estavam todos no município de Matias Barbosa, distante cerca de 20 quilômetros de Juiz de Fora. Naquela cidade, as tropas desfilaram pela rua principal, tomada por milhares de pessoas. Alunos do grupo escolar perfilaram-se portando flores e bandeirinhas. Não faltaram o prefeito e um grupo de vereadores. A multidão entoava em coro: “Mourão! Viva o Brasil! Viva a Liberdade!”. Falando ao repórter do *Diário Mercantil*, Mourão declarou: “o povo ama a liberdade e por ela não mede sacrifícios. A vitória não é somente nossa, mas, sim, de todo o Brasil”⁴⁴. Uma hora mais tarde, a tropa tomou a estrada rumo a Juiz de Fora.

⁴⁰ “Magalhães Pinto e chefes militares foram aclamados pelo povo que lotou o Maracanã”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1964, p. 5.

⁴¹ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

⁴² “A data de 6 de abril jamais se apagará da lembrança do democrata juizforano”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 abril, p. 1.

⁴³ “Simão Pereira homenageou as tropas vitoriosas”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 12 e 13 abril, p. 11.

⁴⁴ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig. 2: Mourão cumprimenta moradores de cidade próxima à Juiz de Fora, possivelmente Simão Pereira ou Matias Barbosa.
(Mapro- Fundação Museu Mariano Procópio)

No centro da cidade, os veículos tiveram dificuldade de avançar devido à grande multidão ali presente. À frente das tropas, o general Mourão foi recebido com entusiasmo pela população nas ruas. O governador Magalhães Pinto – que chegara à cidade pouco antes – subiu na viatura em que estava o general Mourão. Ainda segundo relato do *Diário Mercantil*, flores, confetes e serpentinas cobriram as duas lideranças do golpe. Em uma das viaturas, o capelão mostrava ao povo uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida. A dificuldade de avançar foi grande porque muitas pessoas se postavam em frente aos veículos, querendo saudar o governador e o general. O *Diário Mercantil* elegeu Juiz Fora como a “Capital da Democracia”⁴⁵.

⁴⁵ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig. 3: A imagem de Nossa Senhora de Aparecida desfilou pelas ruas da cidade junto dos carros militares. (Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Na Avenida Rio Branco, cordões de isolamento não conseguiram conter a multidão. Todos queriam se aproximar dos líderes do golpe de Estado – Mourão e Magalhães. Um palanque foi montado para as autoridades na Praça Halfeld. Entre os oradores, estavam o general Mourão, o governador Magalhães Pinto, o marechal Odílio Denys, o general Carlos Luiz Guedes e o arcebispo Don Geraldo Maria de Moraes Penido⁴⁶.

⁴⁶ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig.4: No palanque, destacam-se o governador Magalhães Pinto, de terno preto, e o general Mourão, fazendo “V” com os dedos da mão direita.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)



Fig.5: Tropas desfilam pelas ruas centrais de Juiz de Fora, sendo saudadas pelos populares. Cartazes com os dizeres “GAP Grupo de Ação Patriótica saúda a vitória dos democratas” eram vistos em vários lugares.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Sem largar o cachimbo, Mourão foi presenteado por um grupo de mulheres da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia (Camde) com um terço, “símbolo da revolução que salvou o Brasil”, segundo a presidenta da organização feminina⁴⁷.

O desfile continuou percorrendo as ruas de Juiz de Fora de maneira lenta. A multidão que tomou as ruas impedia que as 210 viaturas avançassem de maneira mais ágil. Segundo texto triunfante do *Diário Mercantil*, “Juiz de Fora viveu o maior dia de sua História. Primeiro Capital da

⁴⁷ “A data de 6 de abril jamais se apagará da lembrança do democrata juizforano”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 de abril, p. 1.

Revolução, depois Capital da Vitória e ontem, dia 6 de abril de 1964, consagrou-se como a Capital da Liberdade”⁴⁸.

A cidade de Juiz de Fora tornou-se o centro das atenções de setores conservadores da sociedade brasileira. Em um ônibus vindo da cidade de São Paulo, nove integrantes da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC que lutaram na guerra civil de 1932 chegaram à cidade. Já eram 18h30, mas ainda dava tempo de acompanhar as festividades de recepção à “Força da Liberdade”, nome que *Diário Mercantil* deu ao desfile militar e à solenidade na Praça Halfeld. Um dos integrantes da comitiva paulista declarou ao jornal que o movimento que derrubou o presidente Goulart era a continuação “do que iniciamos 32 anos depois, com a mesma finalidade, devendo ser levado em conta de que o perigo presente tinha raízes mais profundas, pois que tentavam, rasgando a Constituição brasileira, levar o país e entrega-lo a países estranhos: aos comunistas”⁴⁹.

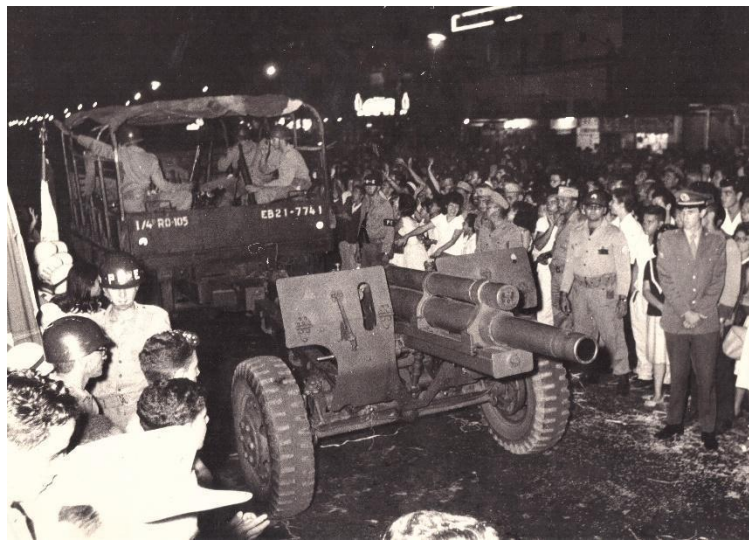


Fig.6: Os carros de combate tinham dificuldades de passar pelas ruas tomadas por multidão.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

⁴⁸ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. Com lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p 5.

⁴⁹ “Presente à recepção à Força da Liberdade a Sociedade Veteranos de 32 M.M.D.C. de São Paulo”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 de abril, p. 6.



Fig.7: Nas janelas e nas varandas dos prédios, mas, sobretudo nas calçadas da cidade, a população assistiu ao desfile das tropas que voltaram da Guanabara.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Palavras finais: Juiz de Fora e o golpe

Em seus estudos sobre a imprensa em Juiz de Fora durante a ditadura militar, Lisieux e Musse chamam atenção para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade que revelaram “como parte da sociedade civil colaborou para a consolidação do regime ditatorial” (Lisieux e Musse 2013, 10). Em Juiz de Fora foi fundado um Comitê da Verdade em maio de 2011 e, em julho de 2012, surgiu a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Gilney Viana, diretor de Promoção dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, ao entregar o relatório do Comitê da Verdade da cidade à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, declarou que Juiz de Fora foi uma das primeiras a criar um Comitê da Verdade. Se a cidade tornou-se conhecida como ponto de partida para o golpe de 1964, foi nela, também, que, em suas palavras, “surgiram as primeiras denúncias de tortura.

Denúncias que correram o mundo”. Gilney Viana lembra que foi na cidade que a presidenta Dilma Rousseff foi presa e torturada (Lisieux e Musse 2013, 11-12).

Houve mesmo sistemática campanha da imprensa local para exaltar Juiz de Fora como ponto de partida para a deposição de João Goulart. Como vimos anteriormente, *Diário Mercantil* elegeu a cidade como a “Capital da Democracia, da Revolução, da Vitória e da Liberdade”. Não é pouco. O jornal *O Lince*, também local, afirmou que, no aeroporto de Juiz de Fora, realizaram-se as reuniões preliminares para “pôr abaixo o governo de Jango Goulart”. Lá reuniram-se líderes políticos e militares, como os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, juntamente com os generais Olympio Mourão Filho e Odílio Denys. Segundo o texto publicado no jornal:

É mais um testemunho de que Juiz de Fora foi a meca do movimento revolucionário. Não adianta os paulistas puxarem a ‘sardinha’ para o seu lado; não adianta os belorizontinos reivindicarem para si a glória. Quem foi o primeiro para a linha de frente e que esteve na iminência de choque sangrento, foi a tropa de JF. Foi daqui que partiu o plano executado com o grito do bravo General Mourão Filho!⁵⁰

No *Diário Mercantil* e em *O Lince*, encontramos o “bairrismo” de grupos conservadores ao exaltarem sua “pequena Pátria” diante da atuação de conspiradores em capitais de estados, como São Paulo e, sobretudo, Belo Horizonte.

O que ocorreu em Juiz de Fora não foi diferente do que aconteceu nas outras cidades brasileiras. Nelas também existiram organizações políticas, sociais e econômicas, meios de comunicação e significativas parcelas da população que apoiaram ostensivamente a deposição do presidente João Goulart pelas forças militares do Exército. Houve ainda grupos sociais que silenciaram diante do golpe e da escalada autoritária do governo militar e, ainda, os que resistiram ao golpe das mais variadas maneiras, nas lutas política, sindical, cultural e armada. Houve adesão, acomodação e resistência, como chama atenção Rodrigo Patto Sá Motta (Motta 2014, 18). Como em outras cidades brasileiras, ocorreram em Juiz de Fora perseguições a trabalhistas, comunistas e a outras organizações de esquerda, bem como a líderes sindicais, lançando-se mão, para isso, de todo o arsenal punitivo de que se dispunha, com perseguições, prisões arbitrárias, espancamentos, banimentos e torturas. De Juiz de Fora partiram as tropas que desencadearam o golpe de Estado. De resto, a cidade vivenciou experiências similares do conjunto da sociedade brasileira.

Bibliografia

Avelar, Alexandre, e Schmidt, Benito B. org. *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁰ “Local da conspiração”. *O Lince*. Edição histórica. Juiz de Fora, abril de 1964, p. 4.

- Borges, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In Pinsky, Carla B., org.. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- Cerqueira Filho, Daniel. *General Olympio Mourão Filho: carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Dissertação de Mestrado, 2015.
- D'Araujo; Maria Celina, e Soares, Gláucio A.D, e Castro, Celso, orgs. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Dreyfuss, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Heleno, Alexandre Peixoto. *“Trabalhismo e história: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani”*. São Paulo, *Perseu*. História, memória e política, 2011.
- Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Lisieux, D. Oliveira, e Musse, Christina Ferraz. *“O “Diário Mercantil” no golpe militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe”*. Outro Preto, UFOP, 9º Encontro Nacional da Mídia, 2013.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- Mourão Filho, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- Paula, Hilda Rezende, e Nilo de Araujo Campos (orgs.) *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa/Editora da UFJF, 2005.
- Reis, Susana A., e Christina F. Musse. *“O Lince” e a cobertura do golpe militar de 1964*. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vila Velha, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.
- Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência e microanálises*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Santos, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro, Vértice, 1986.
- Silva, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido: 17 de setembro de 2022

Aprovado: 10 de novembro de 2022